

**39º Encontro Anual da Anpocs**

**SPG 15 - Políticas públicas, desenvolvimento e meio ambiente**

**Qual desenvolvimento? Conflito e deliberação na Serra do Gandarela**

Filipe Mendes Motta

Mestrando em Ciência Política/DCP-UFMG

## *Qual desenvolvimento? Conflito e deliberação na Serra do Gandarela*

*Filipe Mendes Motta<sup>1</sup>*

Nas últimas duas décadas, vários pesquisadores desenvolveram críticas à teoria deliberativa atribuindo a ela a responsabilidade por uma guinada consensualista na teoria democrática. No entanto, muitos teóricos deliberacionistas, especialmente aqueles envolvidos na guinada sistêmica<sup>2</sup>, têm levantado a relevância do conflito no processo deliberativo e questionando o uso de alguns preceitos usados inicialmente como referência pela corrente e que dão abertura a atuação dos críticos – tais como imparcialidade, busca por consensos substantivos e ausência da emoção.

A análise da questão Gandarela, controvérsia ambiental na região central de Minas Gerais, nos parece muito oportuna para observar aspectos dessa discussão teórica, uma vez que trata-se de um problema permeado de momentos conflitivos, onde estão em jogo três modelos de desenvolvimento para uma região: a mineração, a implementação de unidades de conservação ou a manutenção dos modos de vida existentes.

Nosso texto passa por uma breve apresentação da questão da mineração no Brasil, por um panorama da questão Gandarela, seguidas por uma revisão do conflito na teoria deliberativa, e culminando com um esboço da proposta de análise que estamos desenvolvendo, por meio da realização de entrevistas em profundidade com atores envolvidos com a questão Gandarela, em nossa pesquisa.

### **Mineração e conflitos ambientais**

É importante ressaltar que conflitos socioambientais têm se acentuado no Brasil nos últimos 12 anos, a partir da implementação de um modelo econômico pautado pela exportação de commodities, afetando ecossistemas, populações tradicionais, qualidade do

---

<sup>1</sup>. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFMG. [filipemotta1@gmail.com](mailto:filipemotta1@gmail.com). É bolsista da CAPES. Este texto integra os esforços da nossa pesquisa de mestrado em Ciência Política, “Conflito e deliberação na Serra do Gandarela”.

<sup>2</sup>. O conceito de Sistema Deliberativo reconhece a ocorrência da deliberação em diferentes arenas – formais e informais – com discursos sobre temáticas comuns. A proposta é não limitar a compreensão da deliberação a eventos isolados, delimitados pelo tempo e espaço (como minipúblicos), mas compreendê-la como um fenômeno que perpassa vários ambientes, como fóruns governamentais, ações coletivas, mídia e conversações cotidianas, conectados ou com potencial de conexão em si.

ar e da água (Zhourri, 2014). Minas Gerais é um dos estados marcados por este modelo, como apontam os conflitos ligados à implementação de grandes projetos de de mineração em municípios como Conceição do Mato Dentro (Anglo American), Congonhas e Morro do Pilar (Manabi) – todos, assim como a possível Mina Apolo, na cadeia da serra do Espinhaço. A compreensão dos impactos e das disputadas travadas em torno da questão da mineração revelam muito sobre a estruturação da sociedade deste estado, pois mobiliza uma cadeia produtiva que envolve construção de hidrelétricas, siderurgia, monocultura do eucalipto, fluxos migratórios e o próprio imaginário simbólico do que é Minas Gerais (Zhourri, 2014).

Junto de si, a retirada do minério traz consigo uma lógica de investimentos em infraestrutura – rodovias, dutos, hidroelétricas, ferrovias – que visam, em boa parte das vezes, auxiliar o escoamento da produção e que, ao mesmo tempo, amplificam os impactos socioambientais, por vezes irreversíveis, no entorno dos territórios onde esses projetos são gestados (DELGADO, 2010; MILANEZ E SANTOS, 2013; LASCHEFISKI, 2014). A sinergia dos projetos mineradores com a construção de grandes hidrelétricas no Brasil fica evidente quando se observa a participação de empresas como Vale e Votorantim nesse mercado – a Vale, por exemplo, integra os consórcios de empreendimentos como a usina de Aimorés (na divisa dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, concluída no início dos anos 2000) e o controverso projeto de Belo Monte, no rio Xingu.

No Brasil, assim como em parte considerável da América Latina, para além da infraestrutura construída com o auxílio ou diretamente pelos governos centrais, as empresas mineradoras contam com benefícios como o reduzido dispêndio com royalties de exploração (atualmente em 2% sobre o minério de ferro no Brasil<sup>3</sup>), ausência de impostos sobre exportação<sup>4</sup>, e flexibilização da legislação ambiental, inclusive nos

---

<sup>3</sup>. A maior fonte de recursos por conta da atividade acaba por ser a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), também conhecida como o royalty do minério. Prevista na Constituição Federal de 1988 (Artigo 20, § 1º), a CFEM não é um imposto, mas uma contraprestação financeira devida a estados, municípios e a União, pela utilização de recursos minerais em seus territórios. Ela é debitada no faturamento líquido das empresas e seu percentual varia de acordo com o mineral extraído – sendo, por exemplo, de 3% no alumínio, de 2% no minério de ferro e de 1% no ouro<sup>1</sup>. Um dos pontos do novo marco regulatório da mineração, em tramitação no Congresso Nacional desde 2013, diz respeito ao aumento das alíquotas da CFEM, que poderiam chegar a 4% do lucro bruto, no caso do minério de ferro.

<sup>4</sup>. Desde que a Lei Complementar 87 de 1996 (Lei Kandir) entrou em vigor, não há recolhimento de ICMS para produtos brasileiros a serem exportados, o que levou a grande queda na arrecadação de impostos nos

governos de esquerda que chegaram ao poder a partir da virada dos anos 2000 (DELGADO, 2010; MILANEZ E SANTOS, 2013; GUDYNAS, 2012 e 2013). Quanto a esse último aspecto, no caso equatoriano, por exemplo, 20% do território foi destinado a atividade extrativista, incluindo áreas de proteção ambiental<sup>5</sup>, sem contar licenças para exploração de petróleo em áreas indígenas, processo também em estudo pelo Congresso brasileiro, desde 2013. Ainda segundo Ramos, a esses problemas, para facilitar o processo minerador:

Se soma[m] a desapropriação de terras, quando necessário, assim como o uso massivo de água que requer o setor mineiro-metalúrgico e que, muitas das vezes, gera conflitos pelo acesso, uso e usufruto do recurso. Além disso, ao final do processo, o líquido é descartado com altos índices de contaminantes, como metais pesados, arsênico, cloratos, cianetos e outros. Tais custos, entre outros, mas sobretudo os de longo prazo, em nenhum momento são tomados seriamente em conta, nem sequer de algum modo no valor dos minerais extraídos e, portanto, nos impostos a cobrar do capital minerador. Nesse sentido, pode-se afirmar que a mineração carrega consigo uma pesada mochila socioecológica. E no caso pontual da água, falaríamos de uma vasta pegada hídrica (RAMOS, 2010, p. 24).<sup>6</sup>

Para Ramos, além disso tudo, é preciso considerar que encerradas as atividades de exploração, há sempre o problema da manutenção das cavas e depósitos de rejeito das minas encerradas. Muitas vezes, pontua, esses espaços são abandonados pelas empresas, implicando sempre possibilidades de desastres ambientais.

Gudynas (2009, 2012) dá a definição de neoextrativismo a esse “modelo de

---

municípios mineradores.

<sup>5</sup>. No contexto da proposição, em 2008, e sanção, em 2009, do novo código mineral do Equador, o presidente Rafael Corrêa disse que a resistência ao projeto seria um “esquerdismo infantil” e “fundamentalismo ecológico”. A organização da sociedade civil Acción Ecologica, que se opôs abertamente ao projeto chegou a ter sua personalidade jurídica cassada – ação que foi revertida após pressão nacional e internacional (DELGADO, 2010, p. 23). No caso do Brasil, foi recorrente uma declaração do então presidente Luís Inácio Lula da Silva de que uma “obra parou seis meses até provar que a perereca não estava em extinção”, em alusão ao que seria uma demora do processo de licenciamento ambiental do país. “Tinha uma perereca no túnel, e a perereca ‘embirrou’ seis meses a obra, seis meses”, disse no lançamento da segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2010. *Leia a íntegra do discurso do presidente Lula no lançamento do PAC 2*. UOL, 29 de março de 2010. Disponível em <<http://noticias.uol.com.br/especiais/pac/ultnot/2010/03/29/leia-a-integra-do-discurso-do-presidente-lula-no-lancamento-do-pac-2.jhtm>> Acessado em 07 de setembro de 2015.

<sup>6</sup>. No original, em espanhol: “Se suma el despojo de las tierras cuando es necesario, así como el uso masivo de agua que requiere dicho sector minero metalúrgico y que, muchas de las veces, genera conflictos por el acceso, uso y usufructo del recurso. Además, al final del proceso, el líquido es desechado con altos índices de contaminantes como lo son metales pesados, arsénico, cloratos, cianuro u otros. Tales costos, entre otros, pero sobre todo los de largo plazo, en ningún momento son tomados seriamente en cuenta, ni siquiera de algún modo en el valor de los minerales extraídos y portanto en los impuestos por cobrar al capital minero. En ese sentido, se puede afirmar que la minería carga consigo una pesada mochila socioecológica. En el caso puntual del agua, hablaríamos de una vasta huella hídrica.”

desenvolvimento focado no crescimento econômico e baseado na apropriação de recursos naturais, em redes produtivas pouco diversificadas e na inserção internacional subordinada” (MILANEZ e SANTOS, 2013, p. 121). Diferente do extrativismo clássico, onde núcleos de retirada de recursos naturais – os enclaves – eram comandados pelo capital externo, como posto por Cardoso e Faletto (1970, Apud: Milanez e Santos, 2013), no neoextrativismo que tem aflorado na América Latina, o Estado tem papel indutor ou controlador. Governos latinoamericanos que se elegeram por partidos de esquerda, aponta Gudynas (2009, 2012), têm fomentado direta ou indiretamente a prática neoextrativista como motor da economia, se transfigurando no que eles próprios cunharam como “progressismo”. O neoextrativismo é uma das principais engrenagens que movem o progressismo e se evidencia pelo *boom* de exportação de *commodities* que dominou a América Latina nos últimos quinze anos, financiando processos de redução de desigualdades sociais e, paradoxalmente, produzindo injustiças para as populações próximas aos novos *enclaves* onde esse neoextrativismo se materializa.

Vale lembrar, no entanto, que não é sem resistência que esses grandes projetos desenvolvimentistas têm emergido. Desde meados dos anos 2000, uma grande articulação de redes de movimentos sociais ambientalistas, tem gravitado em torno do conceito de Justiça Ambiental<sup>7</sup> – ao qual integrantes do Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela se filiam. Esse novo eixo do ambientalismo brasileiro comporá a base de resistência às flexibilizações de condicionantes ambientais para a implementação de grandes obras e para a produção/extração de *commodities*, bem como a várias alterações na legislação nos últimos anos que tiveram como objetivo facilitar as atividades do capital produtivo, como o novo código florestal. Os coletivos de justiça ambiental têm atuado em fóruns de discussão institucionais, promovendo paralisações de obras,

---

7. Surgido nos Estados Unidos nos anos 1980, o conceito de justiça ambiental busca desconstituir a ideia de que as lutas ambientais são supraclassistas e recoloca, num primeiro momento, a questão da desigualdade da distribuição dos problemas ambientais. Tanto localmente, com lixões, aterros sanitários e poluição das periferias das cidades, como globalmente, tematizando problemas relativos a extração mineral, monocultura do eucalipto, agricultura com uso maciço de agrotóxicos e a transgenia – a maior parte deles concentrados no Sul global, por exemplo (SCHLOSBERG, 2007; MARTINEZ-ALIER, 2002). Além do enfoque distributivo, o movimento também coloca lutas por reconhecimento e culturais como centrais para a compreensão dos problemas ambientais, que precisam ser pensados sempre em relação aos modos de reprodução material da sociedade capitalista, ao consumo e ao crescimento econômico incessante. Ele reivindica que quilombolas, indígenas, ribeirinhos e moradores de periferia possam a ser sujeitos de destaque e com direito à voz nas esfera pública ambiental – que não deve ser pensada como arena restrita de uma classe média “esclarecida” (MARTINEZ-ALIER, 2002).

fechamento de estradas e ferrovias com uso de barricadas, feito solicitações de intervenções jurídicas via Ministério Público, além de um permanente ativismo na internet por meio de blogs, sites e redes sociais (ASCELRAD, 2010). É dentro deste grande contexto neoextrativista e da resistências a ele que a questão Gandarela aparece.

### **A questão Gandarela**

Em 2009 a mineradora Vale S/A apresentou aos órgãos de meio ambiente de Minas Gerais o pedido de licenciamento do projeto Apolo, que tem por objetivo a extração de minério de ferro por meio de um empreendimento de grande porte na Serra do Gandarela, região do quadrilátero ferrífero<sup>8</sup>. Contrário à mineração, um grupo de ambientalistas, no entanto, elaborou uma contraproposta, a implementação do Parque Nacional da Serra do Gandarela, apresentada ao governo federal no mesmo ano, e defendido em uma série de ações de mobilização.

Organizados em torno do Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela (MPSG), os ativistas submeteram ao governo federal o pedido de criação de um parque nacional em um documento assinado por 28 entidades, entre associações comunitárias e de trabalhadores rurais, sindicatos, e organizações não-governamentais. Além da necessidade de preservação dos atributos geológicos, históricos, de fauna e flora da área, um dos argumentos chave do grupo é que a atividade mineradora pode comprometer aquíferos próximos a captação do rio das Velhas – adutora que, em determinados períodos do ano, contribui para o abastecimento de água de até 70% da população de Belo Horizonte e 40% da sua região metropolitana<sup>9</sup>.

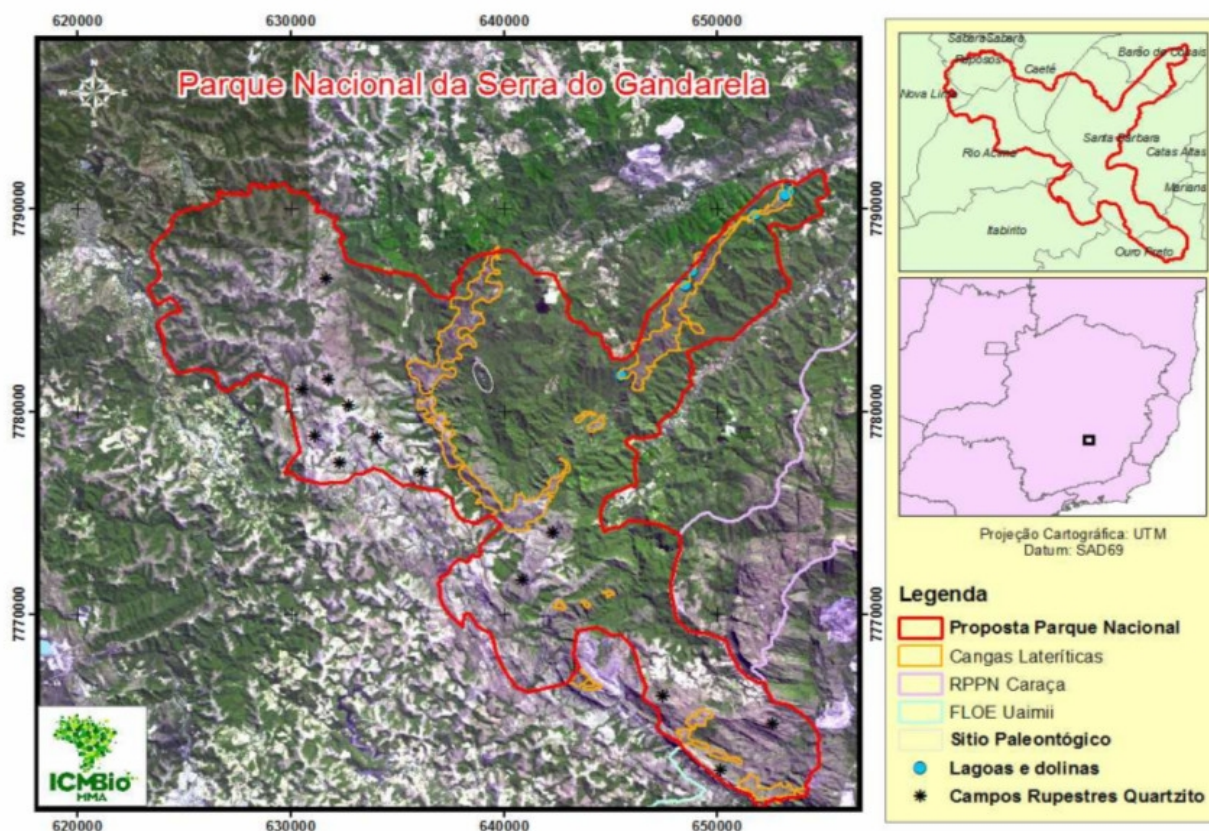
A favor da mina, a Vale tem destacado o investimento na economia de Minas Gerais e nos municípios envolvidos. Em 2009, quando o projeto Apolo foi formalmente apresentado, previa-se a movimentação de R\$ 4,4 bilhões durante a fase de implementação da mina Apolo e 1.449 empregos, caso ela entrasse em operação.

---

<sup>8</sup>. A área da serra abrange os municípios de Santa Bárbara, Barão de Cocais, Raposos, Caeté, e Rio Acima.

<sup>9</sup>. A serra do Gandarela possui formações geológicas de cangas, crosta ferruginosa que atua na absorção de conservação de águas pluviais – rica em minério de ferro.

## Mapa 1 - Proposta inicial PARNA Gandarela



Fonte: ICMBio (2009)

Até 2011, os processos de criação do parque e de licenciamento de Apolo foram encaminhados de forma simultânea nos órgãos ambientais estadual e nacional. Nesse período, o MPSG intensificou o processo de mobilização política nos municípios envolvidos, com o uso de diversas táticas políticas: realização petições a favor do parque, atos públicos com “abraços” à área da serra, grandes caminhadas pelas trilhas da área, palestras e reuniões, publicação de boletins e ativismo na internet.

Em 2010, seguindo as obrigações legais para o licenciamento do empreendimento, a Vale realizou audiências públicas em seis municípios<sup>10</sup> para apresentar as características e os impactos socioambientais da mina Apolo. Os eventos foram marcados pelo posicionamento favorável ao empreendimento por parte dos

<sup>10</sup>. Caeté, Raposos, Nova Lima, Rio Acima, Santa Bárbara e Belo Horizonte. Inicialmente seriam realizadas duas audiências, mas durante os dois primeiros eventos os ambientalistas pressionam o governo para que outros municípios afetados também fossem ouvidos.

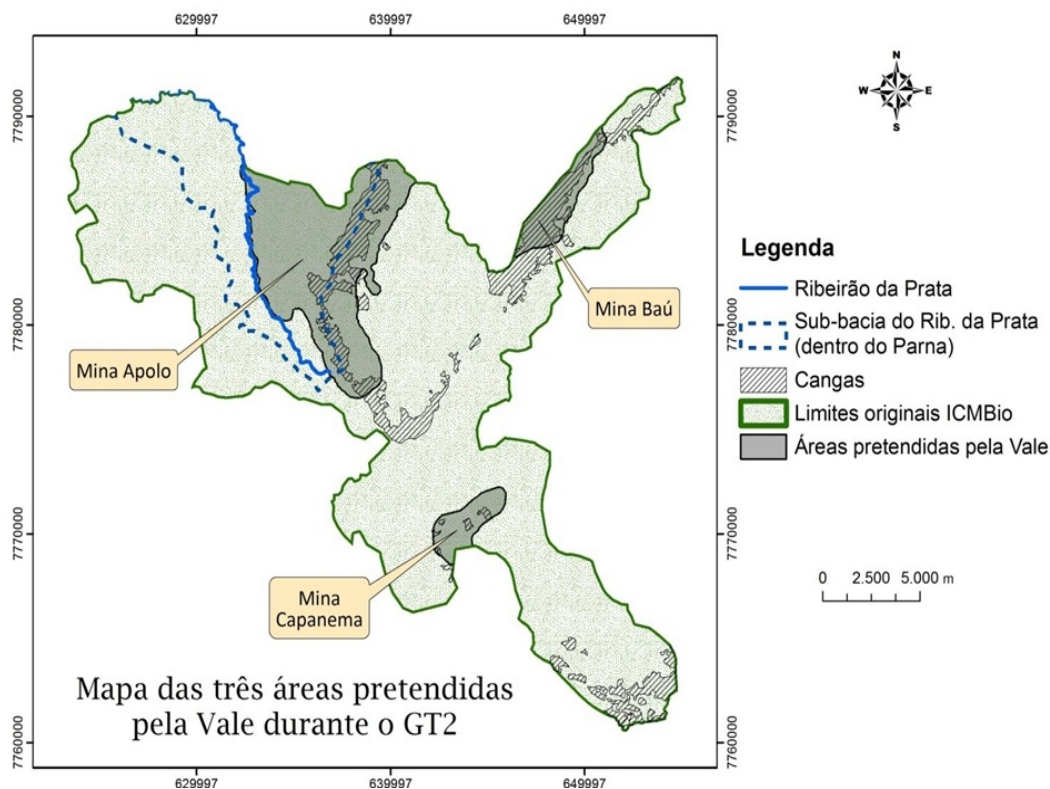
administradores públicos municipais e pelo embate de membros do Movimento pela Preservação da Serra contra o projeto da mina.

Após as audiências, por determinação do Ministério Público Estadual e Federal, o governo de Minas suspendeu o processo de licenciamento da mina Apolo e criou um grupo de trabalho (GT1) com técnicos da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMAD) de Minas Gerais e do ICMBio para discutir a viabilidade de conciliar a existência do parque com a mina. A conclusão do GT1 é sintetizada em um mapa com a área da Serra do Gandarela que abrange as duas propostas, com perdas de território principalmente para o Parque, privilegiando a mina. A ata do encontro aponta a preocupação do governo de Minas Gerais com a não realização do empreendimento minerário: “**RELATO:** após os cumprimentos, o representante da SEMAD (...) comentou a apreensão da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico quanto ao impacto esperado da mina Apolo no PIB de Minas Gerais.” (BRASIL, MINAS GERAIS, 2011, p. 1).

Para apresentar e aprimorar os estudos do GT1, entre o final de 2011 e o início de 2012, o governo do estado formou outro grupo de trabalho (GT2), com representação mais abrangente. Participaram do GT2 técnicos da Semad e do ICMBio, representantes do Movimento pela Serra do Gandarela, representantes das prefeituras dos municípios envolvidos e de empresas de menor porte com interesse em operar na área do Gandarela – Mundo Mineração (mineradora), MSol (mineradora), Ferro Puro (mineradora), Fazenda Eucaliptos (de monocultura de eucalipto), além da Vale. As empresas participantes do GT2 chegaram a um acordo com a Semad, ICMBio e o Movimento pela Gandarela, reduzindo as áreas pretendidas para as suas atividades.



## Mapa 2 - Propostas de Mineração Serra do Gandarela pela VALE



O resultado do GT2 passou a balizar a continuidade dos estudos para a implementação da unidade de conservação. Todo esse processo é apresentado pelo ICMBio numa série de seis consultas públicas<sup>11</sup> realizadas pelo órgão, em maio de 2012, nos municípios no entorno da Serra da Gandarela. Prefeitos e comerciantes locais se colocam contra o parque, argumentando que ele afastará o “progresso”, a possibilidade de novos empregos e o aumento da arrecadação. Críticos do parque afirmam que ele trará a falência econômica aos municípios. Membros do Movimento pela Serra do Gandarela defendem a reserva devido às suas características ambientais peculiares, ao potencial turístico e à questão do fornecimento de água e criticam o projeto minerador. Os

<sup>11</sup> As consultas são realizadas em Raposos, Caeté, Ouro Preto, Santa Bárbara, Rio Acima e Belo Horizonte.

moradores se dividem, e representantes do ICMBio buscam a construção de um entendimento. As empresas mineradoras não enviaram representantes oficiais às consultas, mas ambientalistas se queixam, nos eventos, da presença de consultores da área de mineração, que se posicionam a favor dos empreendimentos sem explicitar que atuam para empresas.

No entanto, a controvérsia não se encerra entre esses dois polos: mineradores e ambientalistas. Para pequenos agricultores familiares que habitam a região do Gandarela, principalmente aqueles do município de Santa Bárbara, tanto a mina quanto o parque são propostas de futuro que prejudicam profundamente os modos de vida de suas comunidades, baseadas na produção de mel, extração de musgo e criação, em pequena escala, de gado na área da serra. Tanto a mina, quanto um parque limitaria a vida desses moradores. Muito em função disso, em 2011, a proposta do Movimento ambientalista foi revista, propondo que a criação da Unidade de Conservação fosse fatiada entre uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), que buscasse conciliar a permanência de comunidades rurais em uma das bordas da Serra, e o Parque Nacional propriamente dito – de restito à conservação, pesquisa e turismo. A proposta é acatada pelo ICMBio, e os projetos de criação do Parque e da Reserva passam a tramitar em separado.

Após as audiências, o diálogo entre o Movimento e os técnicos do ICMBio se mantém intenso. Mas em 2013 a proposta final do Parque é encaminhada ao Ministério do Meio Ambiente e à Presidência da República, para definição dos limites finais – esse processo cessa a interlocução do Movimento da Gandarela com o governo federal. Em outubro de 2014, há uma semana do segundo turno das eleições presidenciais, o governo federal decretou a criação do Parque Nacional da Serra do Gandarela. Sua área é maior do que o projeto originalmente proposto pelo movimento ambientalista, estabelecendo conexões com outras duas unidades de conservação – a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) do Caraça e a Floresta Estadual do Uaimii, criando um significativo mosaico de áreas protegidas no centro de uma área cercada por mineadoras. No entanto, boa parte das cangas, áreas de formações ferruginosas consideradas como estratégicas para a formação dos aquíferos do Gandarela (ICMBio, 2009) e que se situam nos topos das cristas da serra, foram excluídas do desenho da Unidade de Conservação. No quadrilátero ferrífero, a presença das cangas coincide com a do minério de ferro e, na serra do

Gandarela, com a área onde a Vale pretende instalar o projeto Apolo.

E apesar de o ICMBio ter indicado ao Ministério do Meio Ambiente a viabilidade da implementação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável, em diálogo com os agricultores familiares da região, sua tramitação está em ritmo lento. Além disso, o PARNA delimitado avança sobre áreas que seriam destinadas à Reserva – uma futura desapropriação e demarcação do terreno inviabilizará atividades agrícolas dos moradores das comunidades. Um outro ponto relevante, é que, não obstante os baixos preços do minério de ferro no mercado internacional<sup>12</sup>, em agosto de 2015, a Vale requereu ao governo de Minas autorizações ambientais para retomar os processo de pesquisa mineral na área da serra que ficou de fora do Parque – a do projeto Apolo. Diante desses impasses, fica evidente que o que chamamos de *a questão Gandarela*, ainda não é um caso encerrado e, desde sua emergência, ponto de diversas “subcontrovérsias”, eventos em que aflorou o conflito sobre diferentes posições a respeito do futuro da serra – mina, parque, reserva de desenvolvimento sustentável, nenhuma das possibilidades.

No nosso entendimento, é possível refletir sobre a complexidade da questão Gandarela com base na teoria deliberacionista que, ao nosso ver, surge no final do século XX com grande potencial de prover análises normativas de questões políticas nas sociedades contemporâneas.

### **Conflito, consenso e deliberação**

A teoria deliberacionista ganha fôlego na teoria democrática, nos anos 1990, a partir da apropriação de conceitos que deram centralidade à linguagem para explicar processos políticos. Seu núcleo argumentativo é a necessidade de se valorizar a troca de razões tanto entre cidadãos como entre eles e seus representantes, em detrimento da mera contagem de cabeças. A teoria também se destaca pela rejeição de concepções de democracia que baseiam a política somente na agregação interesses, visto que estas não dão a devida importância ao processo de formação de perspectivas, discursos e

---

<sup>12</sup>. De acordo com o site da própria Vale, o minério de ferro chegou a casa dos 180 dólares a tonelada, no início de 2011 e, em julho de 2015 era vendido a pouco menos de 60 dólares a tonelada. <http://www.vale.com/brasil/PT/business/mining/iron-ore-pellets/Paginas/Iron-Ore-Indices.aspx> Acesso em 20 de setembro de 2015.

preferências<sup>13</sup> (Dryzek, 1990; Steiner, 2012)<sup>14</sup>. Isso não significa que a discussão seja o único aspecto relevante para a democracia. Tampouco se nega a importância do voto, da barganha e da ação coletiva. A corrente deliberativa busca complexificar as relações nas quais essas outras formas de exercício democrático se inserem – por exemplo, por meio da possibilidade dos cidadãos deliberarem quando a barganha é justa e necessária (Chambers, 2009; Steiner, 2012). A deliberação seria um ideal regulativo que desafia a ideia de preferências fixas e preestabelecidas. Na deliberação, as preferências estão relativamente abertas, e os envolvidos estão à procura de convencer uns aos outros sobre a melhor saída para o assunto em questão, por meio da busca do melhor argumento (Steiner, 2012, p. 1-5).

O modelo tem forte inspiração nas formulações de política deliberativa de Jürgen Habermas (2003b [1992]), que formulou uma teoria normativa da esfera pública<sup>15</sup>. Essa esfera seria composta por uma série de subesferas, porosas, interconectadas discursivamente e por sujeitos, capazes de operar como espaço de enfeixamento e canalização das demandas das sociedade civil para o centro de tomada de decisões do sistema político. Uma série de autores passam a se apropriar do conceito, nos anos 1990 e 2000, aplicando a deliberação a análises políticas e na construção de mecanismos institucionais – muitas vezes fazendo com que ela perdesse seu potencial analítico abrangente, se limitando à construção de minipublicos (CHAMBERS, 2009). Além disso, uma grande série de pesquisadores externos à corrente viriam a considerá-la como responsável pelo o que seria uma virada consensualista na teoria democrática, a partir dos anos 1990, minando a dimensão conflitiva inerente à política.

---

<sup>13</sup>. Forma de se pensar a política cristalizada nas obras *Uma teoria econômica de democracia*, de Antony Downs (1970), e *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, de Joseph Schumpeter (1942), e hegemônicas na Ciência Política do século XX..

<sup>14</sup>. Apresentamos neste trabalho um recorte com definições contemporâneas de deliberação. Seria possível encontrarmos a deliberação já na obra de Aristóteles, por sua valorização da troca pública de razões pelos cidadãos enquanto forma de realização da condição humana, olhar atualizado em *A Condição Humana*, de Hannah Arendt (2010 [1958]), ao refletir sobre a democracia grega clássica – e também recuperado por Habermas em *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. O pragmatista norte-americano John Dewey, cujos trabalhos foram elaborados na virada dos séculos XIX e XX, também pode ser considerado precursor do deliberacionismo. Dewey defendia o aprimoramento de mecanismos que favoreçam e qualifiquem a discussão pública como a base da redenção do projeto democrático e contestava a simples contagem de cabeças como base da democracia (Carreira da Silva, 2013, p. 155).

<sup>15</sup>. A teoria normativa da esfera pública presente em *Direito e Democracia* é um desdobramento do conceito de esfera pública apresentada em *Mudança Estrutural da Esfera Pública* (2003a [1962]), que por sua vez, como posto pelo próprio Habermas, tinha uma dimensão muito mais restrita – tratava-se de um conceito histórica, limitado espacial e temporalmente à burguesia da Europa ocidental dos séculos XVIII e XIX.

Democratas da diferença, agonistas, feministas e pluralistas questionam essa suposta guinada consensualista da teoria democrática provocada pela maneira com que os teóricos deliberacionistas têm articulado seus princípios (Rancière, 2005; Mouffe, 2005a 2005b; Miguel, 2013; Young, 2005). A visão de que a deliberação privilegia trocas polidas de argumento, em exercícios racionais de busca por consenso que eximiriam ou suprimiriam as dimensões de conflito e do confronto da política, emergem como algumas das principais críticas à teoria já nos anos 1980. A teoria deliberacionista cederia em excesso aos princípios do liberalismo e perderia, com seu gesto em direção ao consenso, o potencial emancipatório da tradição crítica de onde a corrente se origina.

É possível pensarmos essas críticas em três categorias, todas interconectadas, muitas vezes, com um mesmo autor se encaixando em mais de uma delas: 1) as críticas *antimarginalizantes*, que lidam com o fato de demandas por razão, consenso e bem comum preconizadas pela teoria deliberativa marginalizarem ou excluírem membros de grupos minoritários; 2) as *antiliberalistas*, que trabalham com a forma pela qual os princípios da deliberação cedem aos preceitos do liberalismo, levando à perda do potencial emancipatório da corrente e à emergência de contradições internas; 3) as *anticonsensualistas*, que trabalham com o apagamento da dimensão confrontacional da política presente na teoria deliberativa.

Por outro lado, uma literatura deliberacionista recente tem revisto princípios e reinterpretado as premissas que articulam a teoria, reagindo a essas críticas e pontuando a importância do conceito de conflito para a garantia do potencial analítico e normativo do campo. As críticas serão contestadas ou incorporadas à teoria a partir de conceitos como metaconsenso, de John Dryzek, e, principalmente, a partir das formulações de Sistema Deliberativo, presentes na obra de diversos autores (Mansbridge et al, 2010; Mansbridge et al, 2012; Mendonça, 2011; Mendonça e Ercan, 2014; Dryzek, 2000; Dryzek e Nimeyer, 2010).

Mendonça (2009 e 2011) e Dryzek (2010) afirmam que a ideia de que a deliberação é formulada para pensar a troca polida de razões é um falso problema já que, “[a]o contrário, a deliberação pressupõe o embate com o outro e o choque de perspectivas” (Mendonça, 2011). Para Mendonça, essa visão polida da deliberação estaria relacionada a dois olhares equivocados: “a compreensão inadequada dos

requisitos de mutualidade” e “a visão de que deliberações aspiram consensos substantivos” (Idem, *ideam*). Apesar de alguns autores como Gutmann e Thompson colocarem a deliberação como altruísmo ou uma atitude favorável ao outro e, no caso de Habermas, estipular que a imparcialidade seja requisito importante para que ela aconteça, ele não acredita que a democracia deliberativa dependa de “uma aceção tão estrita de reciprocidade” (Mendonça, 2011, p. 209). A deliberação não requer imparcialidade, diz, mas uma orientação que considere o outro – o que tem a ver com reciprocidade, com o fato de os cidadãos se perceberem envolvidos num projeto político comum (O’Flynn, 2006, p. 85 apud: Mendonça, 2011), de que eles se reconheçam como interlocutores e não se ignorem. Assim, seria essencial pensar a prática deliberativa como algo que ocorre em meio a disputas de poder e interesses.

Quanto à possibilidade de a deliberação aspirar a consensos substantivos homogeneizantes<sup>16</sup> Mendonça, afirma que a deliberação aposta na interlocução mesmo quando a discordância é insuperável, sendo necessário contestar a ideia de que a deliberação busca sempre consenso. Citando Mansbridge et. al (2006), ele reconhece que a meta do consenso era comum nos primeiros estudos sobre deliberação, mas que é algo pouco aceito na teoria atualmente. “Mais do que uma convergência de opiniões a deliberação busca gerar acordos operacionalizáveis (Dryzek, 2000) ou dissensos razoáveis (Wesler, 2008), calcados no respeito às posições e valores dos outros atores sociais” (Mendonça, 2011, p. 211).

Mansbridge et al. 2012 duas estratégias vinham sendo utilizadas para se ampliar a qualidade da deliberação nas democracias: 1) nas deliberações dos corpos legislativos e nas campanhas produzidas por seus membros; 2) a construção de minipúblicos nas quais os cidadãos poderiam deliberar sob condições favoráveis<sup>17</sup>. Essas estratégias, no entanto,

<sup>16</sup> . Levando à assimilação da diferença, como posto por Young.

<sup>17</sup> . Em artigo de 2009 dedicado a discutir o papel da retórica na teoria deliberativa, Simone Chambers faz uma crítica que ganha grande ressonância sobre o afastamento da corrente da democracia de massas. Para ela, esse afastamento passaria por um excesso de preocupação dos teóricos deliberacionistas com uma visão institucionalista da política, cristalizada, ao seu ver, pelo investimento da corrente na pesquisa sobre minipublicos. Preocupado com a ampliação de escala da deliberação, Niemeyer (2014) reconhece as críticas feitas por Chambers (2009), quanto ao foco em arranjos institucionais dado por grande parte dos estudos sobre deliberação dos anos 2000, que distanciariam a corrente da democracia de massas. No entanto, ele vai propor justamente olhar para os minipublicos enquanto mecanismos capazes de atuarem como centros multiplicadores e irradiadores da deliberação, com potencial de “transformar a esfera pública numa direção deliberativa” (Niemeyer, 2014, p. 195). Numa maneira distinta dos mídia de massa, esses mecanismos, se articulados em grande número, poderiam atuar como pólos para discussão, construção e difusão de discursos relevantes a serem distribuídos para um grande público, além de fortalecerem as

focam somente em espaços individuais e não a interdependência dos espaços dentro de um sistema mais amplo. Os autores pontuam que nenhum fórum deliberativo, por mais idealmente constituído que seja, consegue ter as capacidades deliberativas suficientes para legitimar a maior parte das decisões e políticas que as democracias adotam (Mansbridge et al. 2012, p. 1).

Para compreender o objetivo maior da deliberação, sugerimos que é necessário ir além do estudo de instituições individuais e processos para examinar suas interações num sistema como um todo. Nós reconhecemos que muitas democracias são complexas entidades nas quais uma ampla variedade de instituições, associações e espaços para contestação realizam trabalho político – incluindo redes informais, os *media*, grupos de *advocacy*, escolas, fundações, instituições privadas sem fins lucrativos, legislativos, agências executivas, e os tribunais de justiça. Nós então defendemos o que deve ser chamada de abordagem sistêmica da democracia deliberativa (Mansbridge et al. 2012, p. 2)<sup>18</sup>.

Para os autores, trabalhar numa lógica sistêmica oferece ao menos três vantagens: 1) permite pensar na democracia deliberativa em termos de larga escala; 2) permite analisar a divisão de trabalho entre as partes do sistema – de forma semelhante à proposta por Goodin (2005), com partes suprindo capacidades/*virtudes* deliberativas umas das outras, cada qual em um ou múltiplos aspectos<sup>19</sup>; e 3) introduz na análise questões contextuais e iniquidades sistêmicas que podem interferir na deliberação de espaços específicos e, em outras abordagens analíticas, não eram levadas em conta. Mais do que isso, tendo clareza dos objetivos do sistema, ao se identificar as falhas, seria possível corrigi-las, sugerindo alterações institucionais, e tornar o seu funcionamento mais próximo do ideal: “em um bom *sistema deliberativo*, a persuasão que suscita considerações relevantes deve substituir a supressão, a opressão e a negligência

---

habilidades políticas dos cidadãos (Niemeyer, 2014, p. 179).

<sup>18</sup>. No original em inglês: “To understand the larger goal of deliberation, we suggest that it is necessary to go beyond the study of individual institutions and processes to examine their interaction in the system as a whole”.

<sup>19</sup>. “Por exemplo, uma retórica altamente partidária, mesmo quando violando alguns ideais deliberativos, como mútuo respeito e aceitação, contudo, ajuda a cumprir outros ideais deliberativos, como inclusão” (Mansbridge et al, 2012, p. 3). No original, em inglês: “For example, highly partisan rhetoric, even while violating some deliberative ideals such as mutual respect and accommodation, may nonetheless help to fulfill other deliberative ideals such as inclusion”. Numa lógica complementar entre os espaços, pontuam os autores, mesmo duas arenas que aparentemente atuam de forma “errada”, com “deficits” deliberacionistas, ao se unirem entre si e com outros espaços podem resultar numa interação positiva. Na analogia com a matemática trazida pelos pesquisadores, a soma ou multiplicação de dois valores negativos pode levar a um resultado positivo.

impensada” (Mansbridge et al, 2012, p. 5)<sup>20</sup>.

O principal avanço da proposta de Mansbridge e seus colaboradores, no entanto, é a de deixar claro que a abordagem sistêmica não pretende ser mecânica, nem estabelecer fronteiras rígidas entre os diferentes atores que formam um dado sistema: uma mesma função pode ser distribuída por várias partes do sistema, pontuam. A ideia é pensar que o julgamento de questões políticas é complexo e não deve ser feito em um único espaço:

Porque os julgamentos políticos envolvem tantas contingências factuais e requisitos normativos que competem entre si, e porque a política envolve alinhamentos da vontade, tanto a favor como contra, envolvendo um amplo número de cidadãos, é praticamente impossível conceber um sistema político que não divida os trabalhos de julgamento e os recombine de várias formas. O conceito de sistema dá ênfase a essas necessidades (Mansbridge et al, 2012, p. 5).<sup>21</sup>

Também a forma como a deliberação se manifesta precisa ser encarada de forma mais aberta. Os autores falam da necessidade de se reconhecer “ecologias deliberativas”, na qual diferentes contextos facilitam determinadas formas e caminhos para a informação, ainda que em princípio esses lugares pareçam estranhos às premissas normativas da deliberação<sup>22</sup>.

Tendo essas questões como referência, e entendendo a possibilidade de deliberação contribuir para a análise de questões conflitivas é que pretendemos analisar a questão Gandarela.

---

<sup>20</sup>. No original, em inglês: “*In a good deliberative system, persuasion that raises relevant considerations should replace suppression, oppression, and thoughtless neglect*”.

<sup>21</sup>. No original, em inglês: “*Because political judgments involve so many factual contingencies and competing normative requirements, and because politics involves the alignments of will, both in concert and in opposition, among large numbers of citizens, it is virtually impossible to conceive of a political system that does not divide the labours of judgment and then recombine them in various ways. The concept of a system highlights these necessities*”.

<sup>22</sup>. Assim, como ilustram os autores, interações de ativistas em enclaves de movimentos sociais, por exemplo, podem ser extremamente partidárias, fechadas a argumentos e ideias opositoras e desrespeitosas aos seus adversários. No entanto, a natureza desses ambientes pode ser excelente para incubar ideias que desempenharão papel importante no sistema deliberativo, dando subsídios para decisões democráticas (Mansbridge et al, 2012, p. 7). A esse respeito, também ver Black (2008). A pesquisadora está preocupada em discutir como é possível que a experiência de momentos de diálogo se manifeste em formas de comunicação como o debate, a discussão e a deliberação. Para a autora, o *storytelling* pode ser uma ponte entre o diálogo e a discussão, proporcionando a existência de momentos dialógicos em contextos que aparentemente não possibilitariam que esse tipo de relação ocorresse. O ato de ouvir e interagir com histórias alheias faz, na avaliação da autora, com que as identidades dos envolvidos naquele processo sejam quebradas, levando-os a se engajar na perspectiva de quem conta.



### *Apontamentos preliminares*

Em nossa pesquisa, por meio da realização de entrevistas em profundidade com os atores envolvidos na questão Gandarela, pretendemos reconstituir o processo político envolvendo a luta pelo futuro desse território, com o intuito de identificar os momentos de emergência de conflito, buscando identificar como eles deram insumos para que processos deliberativos ocorressem. Nossa proposta metodológica é a de realizar entrevistas em profundidade com cinco grupos de atores envolvidos: i) membros do Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela; ii) mineradores; iii) moradores das comunidades próximas à serra; iv) políticos locais; v) técnicos da área ambiental; vi) membros do Ministério Público e de grupos ambientalistas externos ao Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela.

### **Cronologia**

<b>Data</b>	<b>Ação</b>
2005	Vale S/A faz reunião informal com a comunidade do André do Mato Dentro, município de Santa Bárbara, e apresenta projeto de mineração na região
2007	Associação Comunitária do André do Mato Dentro lança lista de e-mail intitulada “SOS Espinhaço – Serra do Gandarela”
Agosto de 2009	Criação do Movimento Pela Preservação Serra do Gandarela
Setembro de 2009	Vale apresenta proposta da Cava Norte – Projeto barrado pelo Conselho Gestor da Área de Preservação Ambiental do Vetor Sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte (APA Sul)
Setembro de 2009	Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela, por meio do Projeto Manuelzão, faz envio documento ao ICMBio com pedido para criação do Parque Nacional na serra.
Outubro de 2009	Vale apresenta Projeto Apolo, com pedido formal de licenciamento no Conselho Estadual do Meio Ambiente de Minas Gerais (COPAM)
2010	Audiências Públicas da Mina Apolo em 6 municípios
2010	Governo de Minas Gerais cria os Grupos de Trabalho 1 [restrito a Semad-MG e Ministério do Meio Ambiente] e 2 [aberto] para discutir possibilidades de conciliação entre o projeto do parque e projetos de mineração na região da Serra
2011	Consultas Públicas sobre o Parque Nacional em 6 municípios
2011	Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela formaliza

	proposta de criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)
2014	Prefeitura de Rio Acima faz tombamento, por relevância patrimonial, do trecho da Serra do Gandarela que corta o município – ação impede empreendimentos de grande porte na área, mas pode ser questionada juridicamente.
2014	Governo federal cria PARNA Gandarela, com limites inferiores ao reivindicado pelo Movimento. Área da Mina Apolo fica de fora da reserva. RDS não é criada.

(Elaboração própria)

Consideramos, assim, a questão Gandarela como composta por um emaranhado de momentos conflituos, institucionalizados ou não, que ao nosso ver contribuíram para a emergência do debate público entorno da questão. Como desenvolveremos a seguir, são significativos, ao nosso ver: i) as reuniões de apresentação do projeto de mineração da Vale às comunidades locais, a partir de 2007; ii) as audiências públicas do processo de licenciamento do projeto Apolo, em 2010; iii) os grupos de trabalho (GT's) criados pelo governo do estado de Minas Gerais para buscar conciliar o projeto minerador com o do Unidade de Conservação, entre 2010 e 2011; iv) as consultas às comunidades para a implementação do Parque, em 2011; v) as consultas públicas para a implementação do Parque da Gandarela, em 2011; vi) as ações de mobilização (passeatas, manifestações na serra, ativismo em mídias sociais, reuniões com as comunidades) do Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela, que atravessam as outras cinco esferas e se estendem temporalmente entre 2009 e o presente.

Sintetizamos a seguir, algumas das respostas dadas por uma parte dos entrevistados até o momento.

**Tabela 2**

***Momentos de conflito e transformação de percepção segundo entrevistados  
(Movimento Gandarela)***

<b>Entrevistado</b>	<b>Momentos críticos/conflituosos</b>	<b>Deliberação/Negociação</b>
Gustavo Gazzinelli <i>(jornalista e</i>	1. Consultas Públicas PARNA Gandarela: então prefeito do	<i>1. Audiências Mina Apolo: ambientalistas conseguem</i>

<p><i>ambientalista, membro do Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas (Fonasc-CBH), morador de Belo Horizonte)</i></p>	<p>município de Santa Bárbara o agride (Gustavo) verbalmente, buscando deslegitimar sua argumentação -“ambientalista, sustentado pelo <i>papai</i>”.</p> <p>2. GT 2: governo do estado “chega” ao GT impondo a necessidade de compatibilizar projeto do parque com a Mina. O Movimento fica indeciso (tensão interna): se sai do GT, cessa a possibilidade de interferir na política pública. Se permanece, corre o risco de talvez corroborar com uma tese com a qual não concordaria (manter Mina junto com o Parque). Movimento acaba optando por permanecer no GT.</p>	<p>convencer técnicos da Secretaria de Meio Ambiente sobre a necessidade de se ampliar o número de audiências públicas para discutir o licenciamento da mina. Só duas estavam previstas. Outras quatro são aprovadas e realizadas.</p> <p>2. Audiência Apolo: “O clima era muito hostil, mas conseguimos convencer as populações locais sobre a importância da preservação da serra”.</p> <p>3. GT 2: O Movimento convence o técnicos do governo que conduziam o debate que era necessário gravar todas as 12 reuniões do GT, de modo a garantir a legitimidade das discussões ali realizadas. Movimento também consegue convencer os participantes a não tomarem decisões por meio de voto, mas pela busca da resolução da questão por meio da apresentação de questões técnicas.</p>
<p>Glória Perpétuo (Glorinha) (Cientista social, agricultora familiar e moradora da comunidade do André do Mato Dentro (Santa Bárbara, nas bordas da Serra). Foi membro da Associação Comunitária quando a</p>	<p>1. Reuniões com comunidades do entorno para apresentar proposta do parque: momentos de tensão – moradores queriam empregos da Mina e questionavam proposta do Parque.</p> <p>2. Audiências Públicas:</p>	<p>1. Apresentação da proposta da RDS às comunidades rurais do entorno da Serra:</p> <p>2. O processo de mobilização como um todo faz com que a percepção dos moradores com relação a Serra se altere. Antes a Gandarela era somente a “crista” da serra. Com a</p>

<p>Vale apresentou a proposta de mineração na região.)</p>		<p>mobilização, moradores passam a entender que a importância ambiental é para uma área mais ampla. Além disso, as ações de mobilização contribuem para a criação de uma identidade – ser parte do Gandarela – para as diversas pequenas comunidades do entorno da serra.</p> <p>3. Crise hídrica (2014): crise hídrica faz com que parte dos moradores das comunidades rurais, que antes se opunham à proposta das reservas passem a considerar a necessidade da proteção do território.</p>
<p>Geólogo, (pesquisador do Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear (CDTN), morador de Belo Horizonte)</p>	<p>1. GT 2: ver argumentos de Gustavo.</p>	<p>1. Crise hídrica: com a crise hídrica de 2014, aumenta o número de pessoas interessadas em</p> <p>2. Prefeito Rio Acima (tombamento)</p>
<p>Maria Teresa Corujo (Teca) (Artesã, membra da ONG Macaca, do SOS-Serra da Piedade e moradora de Caeté)</p>	<p>1. GT 2: ver argumentos de Gustavo.</p>	<p>1. Prefeito Rio Acima (tombamento)</p>
<p>Paulo Batista (Fotógrafo, professor de fotografia da Escola de Belas Artes da UFMG, morador de Belo Horizonte_</p>	<p>1. GT 2: ver argumentos de Gustavo.</p>	<p>1. Crise Hídrica 2. Ações de mobilização fazem com que moradores da região metropolitana descubram a Gandarela. Construção de uma percepção de que é preciso preservar espaços que proporcionem “descanso” para o olhar. Construção de</p>

		uma percepção da necessidade de se preservar a paisagem, e da importância simbólica da paisagem preservada.
--	--	---

**Tabela 3**

***Momentos de conflito e transformação de percepção segundo entrevistados***  
**(Defensores do projeto Minerador)**

<b>Entrevistado</b>	<b>Momentos críticos/conflituosos</b>	<b>Deliberação/Negociação</b>
<i>Antônio Eduardo Martins (Timbira), ex-prefeito de Santa Bárbara</i>	<p>1. Ações de mobilização do movimento ambientalista em Santa Bárbara, às vésperas da audiência pública do licenciamento da mina (2010): ele, defensor do projeto da mina, se defronta com sua filha defendendo o projeto do Parque, após uma palestra dos ambientalistas na escola. O tema é levantado por ele na audiência. No mesmo evento, critica ambientalistas por negarem a necessidade do desenvolvimento do município e a geração de empregos.</p> <p>2. Grupo de Trabalho 2, promovido pelo governo de Minas: a dificuldade de criar interlocução com ambientalistas o faz abandonar as reuniões no segundo encontro – a partir de então é substituído por seu secretário municipal de Meio Ambiente.</p>	<p>1. Avalia que não foi possível, em momento algum, conversar/negociar, criar interlocução com o movimento ambientalista devido ao caráter radical dos seus membros;</p> <p>2. Boa interlocução com Vale, governo do estado de Minas Gerais e prefeitos da região interessados no projeto minerador. Potencial de desenvolvimento econômico e geração de emprego do projeto Apolo traria grande transformação para os municípios da região.</p>
<i>Júlio Nery (Ex-gerente de licenciamento ambiental do Projeto Apolo)</i>	<p>1. Ambientalistas estariam fazendo uso demagógico da questão da água, que tem grande apelo popular e midiático, para polemizar a</p>	<p>1. Boas interlocuções com prefeitos e associações comerciais dos municípios (reuniões de apresentação do projeto para esses</p>

	<p>implementação do parque. Ele aponta que soluções tecnológicas contemporâneas minimizariam eventuais danos ambientais do projeto de mineração e resguardariam os aquíferos – algo que estaria sendo negado pelos ambientalistas.</p> <p>2. Vê dificuldade do secretário de meio ambiente do governo Aécio Neves (José Carlos Carvalho) em dar andamento ao processo de licenciamento, por estar, no seu entendimento, cedendo aos ambientalistas e a proposta</p>	<p>grupos). Potencial de desenvolvimento econômico e geração de emprego do projeto Apolo traria grande transformação para os municípios da região.</p>
<p><i>Wilson Teixeira Santos Jr. (Presidente Associação Comercial de Caeté)</i></p>	<p>1. Vê ambientalistas como “radicais” nos debates ocorridos no município de Caeté e nas audiências públicas. “Não entendem que precisamos gerar empregos e fazer a cidade crescer”.</p>	<p>1. Potencial de desenvolvimento econômico e geração de emprego do projeto Apolo traria grande transformação para os municípios da região.</p>

**Tabela 4**

***Momentos de conflito e transformação de percepção segundo entrevistados (Moradores da região)***

<b>Entrevistado</b>	<b>Momentos críticos/conflituosos</b>	<b>Deliberação/Negociação</b>
<p><i>Milton Carvalho (Vice-presidente da Associação Comunitária de Conceição do Rio Acima)</i></p>	<p>1. Medo que o projeto do Parque tomasse terras dos moradores locais, prejudicando atividade agrícola. Fala de muita briga da comunidade com os técnicos do Instituto Chico Mendes, até que eles explicassem exatamente o que iria acontecer.</p>	

<p><i>Raimundo das Neves</i> (Sitiente e pequeno produtor artesanal de aguardente em André do Mato Dentro – Santa Bárbara)</p>	<p>1. Pontua dificuldade de se fazer ouvido perante representantes da mineradora (Vale) nas reuniões em sua comunidade, ainda que tenha vasta conhecimento sobre questões ambientais da região. Cita, por exemplo, caso de grandes nascentes cuja realidade estariam sendo ignoradas nos projetos apresentados às comunidades – ponto que, ao ser levantado por ele, foi ignorado pelos técnicos da empresa.</p>	<p>1. Movimento ambientalista se coloca como grupo capaz de dar voz às questões que ele sente/entende e que não estavam sendo consideradas pelos outros interlocutores.</p>
<p><i>Entrevistado 2<sup>23</sup></i> (Agricultor familiar em André do Mato Dentro)</p>	<p>1. Inicialmente, houve divisão entre moradores da comunidade. Uma parte era contrária à mina, outra ao Parque – ambos poderiam comprometer a atividade agrícola, a retirada de musgo e a produção de abelhas. Mais jovens interessados no emprego. Principal questão com relação à mina é o fornecimento de água. O melhor, mesmo, é se nenhuma das duas coisas tivesse chegado e a comunidade permanecesse como sempre foi.</p>	<p>1. Debate dentro da própria comunidade foi melhorando o entendimento da proposta do parque – que passou a ser defendida por parte significativa dos moradores do André do Mato Dentro (acredita que o histórico de reuniões mensais da associação comunitária local contribuiu para isso).</p>

No caso Gandarela, a pressão de membros do Movimento, durante as duas primeiras audiências públicas sobre a Mina Apolo, em 2010, fez com que o número dessas audiências fosse ampliado de dois para seis municípios – ampliando a possibilidade de debate público sobre a questão. Também a pressão do movimento sobre o Estado fez com que as reuniões do Grupo de Trabalho 2 fossem registradas em áudio – ampliando a legitimidade das discussões e dos resultados apresentados após os encontros –, e que as decisões não fossem tomadas somente pelo voto, valorizando a exposição argumentativa. É interessante notar, como, também, os membros do movimento

<sup>23</sup>. Não identificado a pedido do entrevistado.

manifestam a visão de que as audiências do sobre o projeto Apolo foram fundamentais para expor para a população o entendimento de que a Serra do Gandarela era um importante aquífero e, por isso, não deveria ser vista somente na perspectiva de exploração mineral. Pretendemos aprofundar esses pontos em nossos trabalhos futuros, buscando compreender melhor as interações entre diferentes momentos conflituos e de negociação, e também com o objetivo de observar como e se essas questões reverberam na ampliação do debate sobre a problemática em questão.

### Referências bibliográficas

- Achselrad, Henri. Ambientalização das lutas sociais o caso do movimento de justiça ambiental. *Estudos Avançados* (USP. Impresso), v. 24, p. 103-120, 2010.
- BENHABIB, Seyla. Rethinking the public sphere. In: CALHOUN, Craig. *Habermas and the public sphere*. Cambridge: MIT Press, 1993, p. 109-42.
- BRASIL (2014). Decreto Nº 8.326, de 13 de outubro de 2014. Acessado em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2011-2014/2014/Decreto/D8326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2014/Decreto/D8326.htm)
- COHEN, J. (1997). Deliberation and democratic legitimacy. In: BOHMAN, J.; REHG, W. (Eds.). *Deliberative democracy*. London: MIT Press
- COHEN, J. (2007). *Deliberative Democracy* In: Rosenberg, Shawn (ed.) *Deliberation, participation and democracy. Can the people govern?* Palgrave Macmillan
- COHEN, J. (2009). *Deliberação e legitimidade democrática*. In: MARQUES, A. C. S. *A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas*. Belo Horizonte, Autêntica
- Dodge, J. (2014). Civil society organizations and deliberative policy making: interpreting environmental controversies in the deliberative system, *Policy Sciences*, 47:161–185.
- DRYZEK, J., NIEMEYER, S. (2006) Reconciling Pluralism and Consensus as Political Ideals. *American Journal of Political Science*, Vol. 50, No. 3, July, pp. 634-649
- DRYZEK, John S. (2000) *Deliberative Democracy and Beyond: liberals, critics, contestations*. New York: Oxford University Press.
- DRYZEK, John. (2010a) Rhetoric in Democracy: A Systemic Appreciation. *Political Theory*, v. 38, n. 3, pp. 319-339.
- DRYZEK, John. (2010b). *Foundations and Frontiers of Deliberative Democracy*. Oxford Univ. Press
- GOODIN, R. (2005). Sequencing deliberative moments. In: *Acta Politica*, Volume 40, Number 2, July 2005, pp. 182-196(15)



- GUTMANN, A. & THOMPSON, D. (2004) *Why Deliberative Democracy*. Princeton and Oxford, Princeton Uni. Press.
- GUDYNAS, E. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. In: CAAP; CLAES. *Extractivismo, política y sociedad*. Quito: Centro Andino de Acción Popular; Centro Latino Americano de Ecología Social, 2009. p.187-225.
- \_\_\_\_\_. Estado compensador y nuevos extractivismos. In: *Nueva Sociedad*, v.237, p.128-146.2012a.
- \_\_\_\_\_. O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões. In: LÉNA, P.; PINHEIRODO NASCIMENTO, E. In: *Enfrentando os limites do crescimento. Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade*. Rio de Janeiro: Garamond; IRD, 2012b. p.303-318.
- HABERMAS, Jürgen (2010) [1992]. *Direito e democracia: entre a facticidade e a validade*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- \_\_\_\_\_. (2003) [1962] *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro
- Hendriks, C.M., . 'Integrated Deliberation: Reconciling civil society's dual role in deliberative democracy'. *Political Studies*, 54(3):486-508, 2006b
- \_\_\_\_\_. 'When the forum meets interest politics: strategic uses of public deliberation'. *Politics and Society*. 34(4): 571-602., 2006<sup>a</sup>
- LASHEFSKI, Klemens. Governança, desenvolvimentismo e autoritarismo difuso. In. ZHOURI, A., VALENCIO, N. (org.) *Formas de matar, de morrer e de resistir: limites da resolução negociada de conflitos abientais*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2014
- LOSEKANN, Cristiana. *Ambientalismo em movimento no Brasil*. Curitiba, Apriss, 2014.
- MARTINEZ-ALIER, Joan. *The Environmentalism of the Poor*. London, Elgar, 2002
- MANSBRIDGE, J.; HARTZ-KARP, J.; AMENGUAL, M.; GASTIL, J. (2006) Norms of Deliberation: An Inductive Study, *Journal of Public Deliberation*: Vol. 2
- MANSBRIDGE, Jane et. al (2010). The Place of Self-Interest and the Role of Power in Deliberative Democracy. *The Journal of Political Philosophy*: Volume 18, Number 1
- Marsh, D. and P. Furlong. (2002). A Skin not a Sweater: Ontology and Epistemology in Political Science' in: Marsh, D. and G. Stoker (eds.) *Theory and Methods in Political Science*. Second Edition, London: Palgrave Macmillan
- MENDONÇA, R. F. ; ERCAN, S. (2014). Deliberation and Protest: Strange Bedfellows? Revealing the Deliberative Potential of 2013 Protests in Turkey and in Brazil. In: APSA Annual Meeting, 2014, Washington, D.C.. *Anais da APSA 2014*. v. 1. p. 1-24.
- MENDONÇA, Ricardo Fabrino (2011). Reconhecimento e (qual?) deliberação. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 17, no. 1, Junho, p. 206-227.

- \_\_\_\_\_. (2009). Reconhecimento e Deliberação: as lutas das pessoas atingidas pela hanseníase em diferentes âmbitos interacionais. PhD Thesis. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais.
- MIGUEL, L. F. (2013). Democracia e Representação. Brasília, Editora UnB.
- \_\_\_\_\_, BIROLI, F. (2014). Feminismo e Política. São Paulo, Boitempo.
- \_\_\_\_\_, BIROLI, F. (2014). Feminismo e Política. São Paulo, Boitempo.
- MILANEZ, Bruno e SANTOS, Rodrigo Sales Pereira (2013). Neoeextrativismo no Brasil? Uma análise da proposta do novo marco legal da mineração. Revista Pós Ciências Sociais. v.10, n.19, jan/jun.
- MOUFFE, Chantal. (2005a) *On the political*. London and Nova York, Routledge.
- \_\_\_\_\_. (2005b) *The Democratic Paradox*. London and Nova York, Verso.
- NOBRE, Marcos. Imobilismo em movimento. São Paulo, Companhia das Letras, 2013
- NUSBAUM, M. Woman and Human Development. Oxford, Oxford Un. Press, 2000
- PÁDUA, J. A. Desenvolvimento, Justiça e Meio Ambiente. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2009
- RANCIÈRE, J. (2005). *A partilha do sensível: Estética e política*. São Paulo, Editora 34..
- SANDERS, Lynn M. (1997) Against Deliberation. *Political Theory*, vol. 25, no. 3, pp; 347-376
- SANTILLI, Juliana; SANTILLI, Márcio. Desenvolvimento socioambiental, uma opção brasileira. In:
- SCHLOSBERG, David. Defining environmental justice. Oxford, Oxford Un. Press, 2007.
- SMITH, Graham. Deliberative Democracy and the environment. Londres, Routledge, 200
- SHAPIRO, Ian (1999). Enough of deliberation: politics is about interests and power. In: MACEDO, Stephan (org.). *Deliberative Politics: Essays on Democracy and Disagreement*. New York: Oxford University Press
- STEINER, Jurg. The Foundations of Deliberative Democracy. Empirical Research and Normative Implications, Cambridge University Press,
- THOMPSON, D. (2008). Deliberative democratic theory and empirical political science. *Annu. Rev. Polit. Sci.* Vol. 11: 497-520
- YOUNG, Iris Marion (2001) [1996]. Comunicação e o outro – além da democracia deliberativa. In: SOUZA, Jessé (org.) *Democracia hoje: Novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília, Editora UNB.
- ZHOURI, A. (2014). Mapeando Desigualdades Ambientais: mineração e desregulação ambiental. In: Andrea Zhouri; Norma Valencio. (Org.). *Formas de Matar, de Morrer e de Resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais*. 1ed. Belo Horizonte: UFMG